

EDITORIAL

Ecos de Belém

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Belém do Pará, deixou sensação de avanço, mas também de incompletude no compromisso dos 195 países, ao tintinar dos sinos de encerramento.

Aquecimento global, transição energética e o financiamento para nações espoliadas e, por isso, dotadas de menos recursos, foram os temas predominantes, restando admitir a ampliação das consciências sobre o tamanho do problema.

Não se trata de paliativos para uma crise fortuita, e sim de evitar o apocalipse anunciado em vários pontos do planeta, em forma de enchentes e tempestades;

altíssimas temperaturas; nevascas em desertos, entre outros eventos extremos.

Aspecto de alta relevância é como fazer os acordos saírem da boa intenção para a dimensão factual, especialmente no to-

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas deixou sensação de avanço, mas também de incompletude

cante à ajuda aos países mais pobres, pois seria, senão inédito, muito raro, admitir a transferência de volumosos recursos.

É preciso acreditar numa mudança de atitude e mentalidade de quem se fez forte extraindo, e não repartindo riquezas, portanto, cabem alguma inocência e muita fé no sentido de projetar a aurora de um mundo “do bem”, pronto a frear os desastres.

Lacuna especialmente sentida está relacionada ao abuso de petróleo e carvão mineral, sequer citados na carta definitiva da COP30, embora os debates tenham ligado o alerta máximo para o perigo de se insistir com emissões de gases.

O “jogo da sobrevivência” muda de fase

quando se percebe a falta de metodologia para impulsionar energias renováveis, frustrada a expectativa de construção coletiva de um “mapa do caminho”.

Por outro viés, a conferência reconheceu a importância das comunidades afrodescendentes e indígenas na defesa dos “sumidouros de carbono”, presentes nas florestas, destacando o protagonismo de quem não vive sem o verde.

Outros legados tidos como favoráveis são o mecanismo chamado “Acelerador Global de Ação Climática”, funcionando como fórum permanente, e a participação de investimentos privados escorados na lógica do lucro.

TÚLIO CARAPIÁ

As charges publicadas neste espaço expressam as opiniões de seus autores



Bíblia como paradidático escolar é retrocesso inaceitável

**Carollina Lima e Kelly Ludkiewicz Alves**

Professoras da Faculdade de Educação da UFBA, pesquisadoras do Grupo Memória e História da Educação (MEHED/FACED)

[carollinadelima@ufba](mailto:carollinadelima@ufba) / [kelly.alves@ufba.br](mailto:kelly.alves@ufba.br)

N a última semana, o prefeito de Salvador sancionou uma lei que institui a Bíblia como recurso paradidático nas escolas. Estamos retornando a um Brasil que lutamos para deixar para trás. Em 1827, a primeira lei de instrução pública do Império determinava que os professores ensinassem “os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana”. Naquela época, o catolicismo era a religião oficial do Estado, e a escola, um braço de sua doutrina.

A Proclamação da República, em 1889, e a separação entre Igreja e Estado foram conquistas civilizatórias. O princípio da laicidade, pilar da nossa Constituição, garante que o espaço público, e a escola

pública em especial, seja território de todos, onde a diversidade de crenças – e a ausência delas – seja respeitada. A escola deve acolher o filho do católico, do evangélico, do candomblecista, do judeu, do ateu, do agnóstico, garantindo a todos o direito de aprender sem proselitismo religioso.

O PL 262/2025, de autoria do vereador Kênio Rezende, agora Lei nº 9.893/2025, é um retrocesso perigoso que fere a Constituição ao privilegiar uma religião em detrimento de outras. Abre brecha, inclusive, para que o poder público adquira Bíblias para distribuição, enquanto nega o mesmo espaço a outros livros sagrados. A justificativa de uso “cultural” é cortina de fumaça. A Bíblia é, antes de tudo, um livro de fé.

Este projeto não é um ato isolado. É mais um capítulo da ofensiva de uma bancada política que confunde púlpito com parlamento. Vimos isso no veto ao kit “Escola sem Homofobia” em 2011, após pressão da bancada evangélica sobre a presidente Dilma Rousseff, e nos mais de

200 projetos contra a chamada “ideologia de gênero”. São ataques sistemáticos à educação laica, plural e crítica, promovidos por lideranças que representam o atraso e o ódio, e que confundem, intencionalmente, o público e o privado.

A profissão de fé é legítima e deve ser protegida, mas seu lugar é no âmbito privado, nas igrejas, nos terreiros, nas sinagogas, nos lares. A escola pública é o espaço da ciência, da diversidade, do respeito republicano. Como bem apontou a Congregação da Faculdade de Educação da UFBA, onde lecionamos, tal lei viola direitos e distorce a função social da escola.

Não podemos nos calar. É preciso que a sociedade civil se organize contra esses retrocessos. Tal projeto é resultado de uma sociedade cada vez menos republicana, com lideranças que representam o atraso. A defesa de uma escola laica é a defesa de uma sociedade mais justa, democrática e republicana. Não permitamos que a máquina do tempo legislativa nos leve de volta a 1827.

Bolsonaro preso

**Cláudio André de Souza**

Professor adjunto de Ciência Política da Unilab e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB

[claudioandre@unilab.edu.br](mailto:claudioandre@unilab.edu.br)

A prisão de Jair Bolsonaro antecipa não surpreende quem acompanhou seu percurso desde que assumiu a Presidência, já que ao desafiar as instituições o então presidente conduziu estrategicamente um conjunto de ações que visava minar o poder democrático. A deslegitimação do processo eleitoral, a busca de apoio irregular nas forças armadas e a perseguição a segmentos da sociedade civil (universidades, artistas, imprensa, movimentos sociais, sindicatos etc.) foi uma aposta no conflito permanente como método de governo. O que ocorreu em 2023 deve ser tratado como um desfecho de um processo político instaurado de maneira mais profunda na arena estatal, envolvendo toda a nossa engenharia institucional que põe de pé a democracia todos os dias.

O efeito imediato foi dado na seara institucional. A democracia brasileira respondeu com firmeza ao maior ataque desde o fim da ditadura militar (1964-1985), sendo que a responsabilização de um ex-presidente por atentado ao Estado de Direito não corrige todos os problemas, mas reafirma institucional e politicamente que as regras valem para todos. Como se as coisas não pudessem piorar, a cumplicidade de uma grande parte das forças sociais e políticas de direita com o golpismo dos bolsonaristas pairou a reação e a articulação sobre as eleições de 2026 até aqui.

O que isso quer dizer? A direita moderada não abre mão de negociar e compor politicamente com os golpistas para um projeto presidencial em 2026. A nova prisão preventiva do ex-presidente Bolsonaro é mais um capítulo envolvendo a suspeita de fuga e embaraço à ordem pública. No campo eleitoral, as estratégias da direita envolvem três caminhos: uma candidatura bolsonarista ornada de moderação em direção ao centro, uma candidatura moderada e outra radical com alguém da família Bolsonaro ou uma composição entre os dois polos em uma única chapa. Vocês percebem como o bolsonarismo está no centro da competição política brasileira?

A eleição de 2026 ainda será um teste decisivo da nossa democracia e a direita terá de explicar por que seguiu um projeto que terminou em tentativa de ruptura institucional. A complacência com o bolsonarismo expõe limites óbvios que ficarão abertos no debate em torno das eleições presidenciais, o que dá potencial à reeleição do presidente Lula, que chegará nas eleições com três trunfos: o terceiro mandato que duelou a favor da democracia, resistiu em defesa da soberania e com realizações de governo que são populares no campo da economia e da reorganização estatal no campo das políticas públicas.

Agora, pergunto a vocês, leitores: como a suposta direita moderada pode falar em alternativa ao lulismo quando deveria se comportar como alternativa real ao bolsonarismo? A ver.